TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

25/11/2026

Sumário

1. Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
2. Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
3. Governo de Goiás recupera área degradada em aeroporto de Anápolis
4. TCE-GO cobra explicações sobre aplicação de R$ 5 milhões em emendas Pix federais | CBN-GO
5. Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
6. TCE apura desfalque de R$ 1,6 milhão em obra
7. Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
8. Goiás vai coordenar rede nacional de combate à corrupção
9. TCE-GO dá 15 dias para Secretaria da Retomada detalhar R$ 5 milhões em emendas Pix - Goiânia Urgente
10. Estados \ Goiás \ Fórum Goiano de Combate à Corrupção: Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
11. Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027
12. TCE-GO aponta possível prejuízo de R$ 1,6 milhão em obra de restauração do asfalto na GO-070
13. TCE aponta possível prejuízo em obra de restauração na GO-070
14. TCE aponta prejuízo em obra na GO 070

15. Prejuízo milionário em restauração da GO-070: asfalto aplicado a menos pode afetar durabilidade, diz TCE
16. Prejuízo milionário em restauração da GO-070: auditoria encontra diferença entre asfalto previsto e aplicado
17. Tribunal de Contas aponta possível prejuízo milionário em obra de restauração na GO-070
18. TCE-GO exige detalhes de emendas de R$ 5 milhões da Secretaria da Retomada em 15 dias
19. TCE-GO aponta prejuízo de R$ 1,6 milhão em obra na GO-070

BLOG AUTO NEWS - CATALÃO - GO • blog • tce-go
20/11/2026 03:00

Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

Em 2027, o Governo de Goiás assumirá a liderança nacional da articulação entre instituições de controle para fortalecer a transparência, a integridade e o combate à corrupção

Escolha do Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO) para coordenar a Secex-Redes em 2027 consolida as políticas de transparência e integridade do Governo de Goiás, que capitaneará a articulação do setor em todo o país

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.

A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.

Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.

Casos de sucesso
Durante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.

A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.

Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.

Cooperação institucional no combate à corrupção
Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.

A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia

Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Fotos: CGE-GO

Controladoria-Geral do Estado – Governo de Goiás

BLOG DO ALAN RIBEIRO - GOIÂNIA - GO • blog • tce-go
20/11/2026 03:00

Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

Escolha do Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO) para coordenar a Secex-Redes em 2027 consolida as políticas de transparência e integridade do Governo de Goiás, que capitaneará a articulação do setor em todo o paísO Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.
Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.Casos de sucessoDurante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.Cooperação institucional no combate à corrupçãoCriado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.Fotos: CGE-GOLegenda: Em 2027, o Governo de Goiás assumirá a liderança nacional da articulação entre instituições de controle para fortalecer a transparência, a integridade e o combate à corrupçãoControladoria-Geral do Estado – Governo de Goiás

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
22/11/2026 12:46

Governo de Goiás recupera área degradada em aeroporto de Anápolis

Visualizar notícia

Fonte original

O governo de Goiás investe R$ 38 milhões na recuperação ambiental de 160 hectares do Aeroporto de Cargas de Anápolis. O projeto, que abrange uma área equivalente a 224 campos de futebol, é condição necessária para a viabilização da nova estrutura aeroportuária destinada ao transporte de mercadorias no município.

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) informou que estudos técnicos apontaram falhas na drenagem de obras realizadas entre 2010 e 2012. O escoamento inadequado da água da chuva provocou erosões e a formação de voçorocas no terreno.

Para conter os danos, o projeto combina a construção de canais de drenagem, recuperação do solo e revegetação. Em vistoria realizada em janeiro de 2026, técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) acompanharam a execução de um canal de 1.800 metros e a complementação de outro trecho de 900 metros.

As intervenções incluem ainda a criação de uma lagoa de detenção para reter a água da chuva, desassoreamento do Ribeirão Extrema e a instalação de terraços em nível para favorecer a infiltração da água. O Consórcio Aeroporto, composto pelas empresas Ibiza Construtora, CTA Empreendimentos e OCC Construções e Participações, é o responsável pela execução sob supervisão da Goinfra.

A nova estrutura de cargas prevê uma pista de aproximadamente três quilômetros, diferente do aeródromo já cadastrado no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), que possui pista de 1.218 metros administrada pela Infraero. Até o momento, não há confirmação oficial da homologação da pista maior.

Em outubro de 2025, a Goinfra estabeleceu como meta para 2026 a ampliação da infraestrutura e a homologação parcial da nova pista para pousos e decolagens. Daniel Vilela, então vice-governador, afirmou em fevereiro de 2026 que a recuperação ambiental estava em fase final e que as operações de cargas são prioridade para a capacidade logística do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia).

CBN GOIÂNIA ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 03:00

TCE-GO cobra explicações sobre aplicação de R$ 5 milhões em emendas Pix federais | CBN-GO

Visualizar notícia

Fonte original

TCE-GO cobra explicações sobre aplicação de R$ 5 milhões em emendas Pix federais
Secretaria da Retomada tem 15 dias para detalhar o uso dos recursos após identificação de falhas na transparência e rastreabilidade
Facebook
X
WhatsApp
LinkedIn

Laylla Alves

19 de novembro de 2026 às 20:14
Modificado em 20/11/2026, 07:44

Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Divulgação/ TCE-GO)

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) deu 15 dias para a Secretaria de Estado da Retomada detalhar as informações relativas a duas emendas parlamentares federais conhecidas como "emendas pix". Os repasses totalizam 5 milhões de reais.

O processo é do relator conselheiro Saulo Mesquita. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, as emendas são referentes ao ano de 2024.

Elas foram inspecionadas em uma ação conjunta. Na amostra selecionada para Goiás, a fiscalização analisou quatro repasses e identificou falhas na transparência e rastreabilidade de dois deles.

Os auditores apontaram que, na plataforma oficial de convênios da União (Transferegov), uma emenda parlamentar tinha como meta a compra de equipamentos para capacitação profissional em corte e costura, sem especificar quais equipamentos seriam comprados nem as quantidades. O valor é de R$ 500 mil.

A segunda emenda abrange três objetos. São eles: "equipar o Centro Cultural Oscar Niemeyer com sistemas modernos de som, iluminação e infraestrutura cênica"; o segundo "modernizar o Centro de Convenções de Anápolis com sistemas modernos de som, iluminação e infraestrutura cênica"; por último, "aquisição de equipamentos para capacitação profissional em corte e costura".

O TCE-GO determinou que a secretaria insira no Transferegov detalhes sobre quais metas devem ser atingidas com os recursos recebidos por meio das duas emendas e quanto o dinheiro rendeu enquanto esteve aplicado em conta bancária.

No caso específico da segunda emenda, a Secretaria também deve fazer correções já solicitadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de cadastrar no sistema o Relatório de Gestão, com informações sobre a aplicação dos recursos.

Para o conselheiro Saulo Mesquita, o cadastro de informações genéricas e pouco detalhadas compromete a transparência da execução das emendas.

Na época da fiscalização, não foram identificadas irregularidades na execução orçamentária e financeira desses repasses.

Segundo a equipe técnica do TCE-GO, Goiás recebeu 15 repasses de "emendas pix" federais

entre 2020 e 2024, totalizando mais de R$ 25,6 milhões. O trabalho de fiscalização segue as orientações do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem ampliado as exigências de transparência e rastreabilidade para o uso desses recursos parlamentares.

Em nota, Secretaria da Retomada informou que os questionamentos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ainda não foram formalizados para a pasta. De toda forma, a secretaria afirmou que não houve uso desse recurso até o presente momento, porque os processos de aquisição estão em andamento.

Em relação aos recursos destinados à compra de equipamentos para capacitação profissional em corte e costura, o procedimento licitatório está em andamento, por meio de um processo, em que os equipamentos estão detalhadamente especificados.

Ainda segundo a nota, o equipamento tem como objetivo promover a qualificação profissional e ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Em relação aos recursos destinados à modernização dos equipamentos de sonorização, iluminação e infraestrutura cênica do Centro Cultural Oscar Niemeyer e do Centro de Convenções de Anápolis, a Secretaria disse que o procedimento de contratação foi inicialmente estruturado para atender aos dois equipamentos públicos.

Entretanto, por conta da transferência da gestão do Centro de Convenções de Anápolis para a prefeitura do município, em junho de 2026, houve necessidade de readequação do processo.

Com isso, a compra passou a contemplar exclusivamente o Centro Cultural Oscar Niemeyer. O total estimado em equipamentos, segundo a secretaria, também foi detalhado no processo.

Ainda conforme a nota, os dois processos tiveram plano de trabalho aprovado pelo Ministério do Turismo e encontram-se instruídos para a fase de licitação. Os certames devem ser lançados em breve.

Ouça a reportagem:

Facebook
X
WhatsApp
LinkedIn

Tarde CBN

emendas pix

TCE-GO

CIBER JORNAL - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 11:21

Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

Escolha do Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO) para coordenar a Secex-Redes em 2027 consolida as políticas de transparência e integridade do Governo de Goiás, que capitaneará a articulação do setor em todo o país

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.

A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.

Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.

Casos de sucesso
Durante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.

A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.

Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.

Cooperação institucional no combate à corrupção
Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.

A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Fotos: CGE-GO

Leia mais sobre: Segurança

Editor do Ciberjornal que sucedeu desde fevereiro de 2025 todo o conteúdo do blog www.altairtavares.com.br . Atuante no webjornalismo desde 2000. Repórter, comentarista e analista de política. Perfil nas redes sociais: @altairtavares

DAQUI - GO • impresso • tce-go
21/11/2026 03:00

TCE apura desfalque de R$ 1,6 milhão em obra

Visualizar notícia

TCE apura desfalque de R$ 1,6 milhão em obra

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo de mais de R$ 1,6 milhão nas obras de restauração do asfalto na GO-070. Conforme apurado pela *TV Anhanguera*, o apontamento decorre de uma fiscalização técnica feita pelo órgão em um trecho de 55 quilômetros situado entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã, noroeste goiano.

Segundo o relatório de auditoria, a principal irregularidade detectada foi a aplicação de um volume de betume – componente ligante fundamental para a durabilidade e coesão da massa asfáltica – significativamente inferior ao que estava estipulado no projeto executivo original da obra. Apesar da redução do insumo na pista, os pagamentos foram liberados com base nas medições contratuais cheias.

GOINFRA

A obra na GO-070 foi licitada e contratada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. O TCE-GO fixou um prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem manifestação técnica, documentos comprobatórios ou justificativas quanto às metodologias adotadas nas medições.

Em nota, a Goinfra disse que já adotou, de forma preventiva, as providências administrativas necessárias no âmbito do contrato da obra para resguardar o erário público. Em relação aos apontamentos do TCE-GO, a agência informou que acompanha a tramitação do processo e presta os esclarecimentos necessários ao órgão de controle. Procurado, o Consórcio PAV-4 não se pronunciou.

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 16:02

Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.

A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.

Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.

Casos de sucesso
Durante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.

A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.

Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.

Cooperação institucional no combate à corrupção
Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.

A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Foto CGE-GO

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO • impresso • tce-go
20/11/2026 03:00

Goiás vai coordenar rede nacional de combate à corrupção

Visualizar notícia

Justiça

Goiás vai coordenar rede nacional de combate à corrupção



/Redação

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO) assumirá, em 2027, a coordenação nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A escolha foi definida em 12 de novembro, durante encontro realizado em Maceió, em Alagoas.

A coordenação será exercida pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), com participação da representação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) em Goiás como integrantes adjuntos.

A Secex-Redes articula instituições de controle da gestão pública em diferentes estados, promovendo a troca de informações e o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção a irregularidades e combate à corrupção.

ATUAÇÃO NACIONAL

A nova coordenação terá como atribuição fortalecer a cooperação entre as redes estaduais e ampliar o compartilhamento de experiências relacionadas à transparência, à integridade e à fiscalização de recursos públicos.

Segundo o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a articulação permite reunir conhecimentos de diferentes instituições para aprimorar os mecanismos de controle da administração pública.

A Secex-Redes também participa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (Enccla), que reúne órgãos públicos para desenvolver ações de enfrentamento a esses crimes.

PROJETOS APRESENTADOS

Durante o encontro, o Focco-GO apresentou iniciativas desenvolvidas em parceria com instituições integrantes do fórum.

Entre elas está o Painel de Iniciativas Estratégicas, ferramenta destinada a reunir informações sobre projetos e atividades dos órgãos de controle, permitindo identificar possibilidades de cooperação e evitar a duplicação de ações.

Também foram apresentados resultados do Programa Estudantes de Atitude, desenvolvido em parceria com a CGU em Goiás.

Em 2025, a iniciativa mobilizou estudantes da rede pública para um concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para alunos goianos.

Em 2026, uma parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado promoveu atividades educativas sobre a proteção dos bens públicos.

Outra ação apresentada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre serviços hospitalares, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO.

FÓRUM ESTADUAL

Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, incluindo órgãos de controle, entidades da sociedade civil e universidades.

O colegiado realiza reuniões bimestrais para discutir medidas de transparência, prevenção de irregularidades e fiscalização da gestão pública.

A coordenação nacional em 2027 ficará responsável por articular essas atividades entre as redes de controle existentes no país.

GOIÂNIA URGENTE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 03:00

TCE-GO dá 15 dias para Secretaria da Retomada detalhar R$ 5 milhões em emendas Pix - Goiânia Urgente

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou que a Secretaria de Estado da Retomada apresente, no prazo de 15 dias, informações complementares sobre duas emendas parlamentares federais que somam R$ 5 milhões. Os repasses, realizados em 2024 por meio das chamadas emendas Pix, foram alvo de fiscalização que identificou falhas na transparência e na rastreabilidade dos dados registrados no sistema federal Transferegov.

A decisão, relatada pelo conselheiro Saulo Mesquita, exige que a pasta detalhe as metas previstas para a utilização dos recursos e informe os rendimentos obtidos enquanto o dinheiro permaneceu aplicado em conta bancária. No caso de uma das transferências, também foram determinadas correções solicitadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o cadastramento do Relatório de Gestão na plataforma.

A fiscalização fez parte de uma ação coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito da Rede Integrar, com participação de entidades que reúnem os tribunais de contas brasileiros. Na amostra selecionada em Goiás, foram examinados quatro repasses. Em dois deles, os auditores apontaram insuficiência de informações para identificar com precisão os objetos e acompanhar os resultados esperados.

Uma das transferências, no valor de R$ 500 mil, tinha como finalidade a compra de equipamentos para capacitação profissional em corte e costura. Entretanto, conforme os auditores, o registro no Transferegov não especificava quais itens seriam adquiridos nem as respectivas quantidades.

A outra emenda, que completa o total de R$ 5 milhões, reunia três destinações: R$ 1,97 milhão para equipamentos de som, iluminação e infraestrutura cênica do Centro Cultural Oscar Niemeyer; R$ 2,0298 milhões para modernização da estrutura do Centro de Convenções de Anápolis; e R$ 500 mil para equipamentos de capacitação em corte e costura.

Para o relator, a apresentação de informações genéricas dificulta o acompanhamento da execução e a verificação do cumprimento das finalidades previstas. A determinação busca, portanto, ampliar a qualidade dos registros públicos e permitir que a aplicação dos recursos seja acompanhada de maneira mais objetiva.

Fiscalização não apontou irregularidade financeira na etapa analisada

O TCE-GO informou que, no momento da fiscalização, não foram identificadas irregularidades na execução orçamentária e financeira dos repasses examinados. O apontamento divulgado pelo Tribunal está relacionado às falhas de detalhamento e transparência nos registros, não constituindo, por si só, comprovação de desvio ou uso indevido do dinheiro.

Segundo a equipe técnica, Goiás recebeu 15 transferências federais da modalidade entre 2020 e 2024, que totalizaram mais de R$ 25,6 milhões. Esse volume representa o conjunto dos repasses identificados no período, e não significa que todos tenham apresentado problemas. As falhas mencionadas na decisão estão relacionadas a dois dos quatro repasses selecionados para análise.

As chamadas emendas Pix são transferências especiais de recursos federais indicadas por parlamentares e destinadas a estados, municípios e ao Distrito Federal. Apesar de não dependerem de convênio tradicional, esses repasses estão sujeitos a exigências de transparência, rastreabilidade e prestação de contas. O acompanhamento dos órgãos de controle busca assegurar que a finalidade dos recursos e os resultados alcançados possam ser verificados.

Secretaria afirma que recursos ainda não foram utilizados

Em manifestação reproduzida no texto-base, a Secretaria da Retomada informou que os questionamentos do TCE-GO ainda não haviam sido formalizados para a pasta. A secretaria afirmou, contudo, que os recursos não tinham sido utilizados até aquele momento, porque os processos de aquisição permaneciam em andamento.

Sobre os equipamentos de corte e costura, o órgão declarou que o procedimento licitatório estava em curso e que os itens haviam sido detalhados no processo administrativo. A finalidade, segundo a secretaria, é oferecer qualificação profissional e ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A pasta também explicou que a contratação inicialmente planejada para atender ao Centro Cultural Oscar Niemeyer e ao Centro de Convenções de Anápolis precisou ser reformulada após a transferência da gestão do equipamento de Anápolis para a prefeitura municipal, em junho de 2026. Com a mudança, a compra passou a contemplar exclusivamente o centro cultural localizado em Goiânia.

Ainda conforme a secretaria, os dois planos de trabalho foram aprovados pelo Ministério do Turismo e os processos estavam preparados para avançar à etapa de licitação. A cobrança do TCE-GO acrescenta uma etapa de controle sobre a qualidade das informações disponíveis, enquanto a execução das aquisições segue, segundo a manifestação da pasta, em andamento.

Tags: #Goiás, #Goiânia, #TCEGO, #TribunalDeContas, #SecretariaDaRetomada, #EmendasPix, #EmendasParlamentares, #DinheiroPúblico, #TransparênciaPública, #Fiscalização, #ControleExterno, #Transferegov, #RecursosFederais, #GestãoPública, #PrestaçãoDeContas, #CorteECostura, #CentroCulturalOscarNiemeyer, #Anápolis

Entre gratuitamente nos nossos grupos e seja avisado assim que novas notícias forem publicadas.

JORNAL ESPAÇO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
21/11/2026 15:54

Estados \ Goiás \ Fórum Goiano de Combate à Corrupção: Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

Publicado por: Marcelo José de Sá Diretor-Presidente e Editor-Geral do Site do Jornal Espaço

Em 2027, o Governo de Goiás assumirá a liderança nacional da articulação entre instituições de controle para fortalecer a transparência, a integridade e o combate à corrupção

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.

A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.

Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.

Casos de sucesso

Durante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.

A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.

Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.

Cooperação institucional no combate à corrupção

Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.

A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia

Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Controladoria-Geral do Estado – Governo de Goiás

Contatos de Reportagens e Marketing:

Números de celulares Whats Apps e seus e-mails respectivos

Celular WhatsApp (Claro): 62 9 9324-5038

jornalespacoc@hotmail.com

Celular Whats App (Tim): 62 9 8161-2938

je.jornalespaco@gmail.com

jornalespacov@yahoo.com

Instagram: @Jornal Espaço

JORNAL HORA EXTRA - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 03:00

Goiás vai liderar rede nacional de combate à corrupção e transparência em 2027

Visualizar notícia

Fonte original

Escolha do Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO) para coordenar a Secex-Redes em 2027 consolida as políticas de transparência e integridade do Governo de Goiás, que capitaneará a articulação do setor em todo o país

O Fórum Goiano de Combate à Corrupção (Focco-GO), atualmente coordenado pelo Governo de Goiás por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), assumirá em 2027 a liderança nacional da Secretaria Executiva das Redes de Controle da Gestão Pública (Secex-Redes). A confirmação do Estado na coordenação da Rede foi definida no dia 12 de novembro, em Maceió (AL), chancelando o protagonismo da gestão goiana na articulação de ações de integridade, transparência e controle social no país.

A coordenação será exercida pela CGE-GO ao longo do próximo ano, tendo como adjuntas a Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) em Goiás e a representação da Controladoria-Geral da União (CGU) no estado. A nova atribuição permitirá ampliar o intercâmbio de experiências já desenvolvidas no estado e fortalecer a cooperação entre as Redes de Controle da Gestão Pública de todo o país.

Para o secretário da CGE-GO, Antônio Flávio de Oliveira, a missão representa uma oportunidade para Goiás contribuir com o aprimoramento da gestão pública em âmbito nacional. “A atuação em rede permite unir conhecimentos e esforços para que as instituições avancem na promoção da integridade e no aperfeiçoamento da administração pública, sempre com foco no cidadão”, afirmou.

Casos de sucesso
Durante a plenária, o Focco-GO apresentou alguns destaques. Entre eles, o Painel de Iniciativas Estratégicas, que busca organizar e compartilhar um inventário integrado de informações sobre projetos, ações de controle e atividades dos órgãos parceiros do Fórum, contribuindo para identificar oportunidades de cooperação e evitar a sobreposição de esforços.

A apresentação também destacou ações conjuntas viabilizadas pela articulação do Fórum. No Programa Estudantes de Atitude, por exemplo, a cooperação entre a CGE-GO e a CGU-GO contribuiu, em 2025, para mobilizar estudantes da rede pública para o concurso de redação e desenho, que recebeu mais de 1.400 trabalhos e resultou em cinco premiações nacionais para estudantes de Goiás. Em 2026, uma nova parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO) promoveu atividades educativas sobre a importância da proteção dos bens públicos.

Outra iniciativa destacada foi a avaliação da percepção dos usuários sobre os serviços hospitalares, desenvolvida a partir de um projeto do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em parceria com a CGE-GO. A ação busca gerar subsídios para aprimorar a gestão na área da saúde.

Cooperação institucional no combate à corrupção
Criado em 2009, o Focco-GO reúne 25 instituições, entre órgãos de controle, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil e universidades. Com reuniões bimestrais, o colegiado promove o diálogo, a troca de conhecimentos e a construção de soluções conjuntas para fortalecer a transparência, prevenir irregularidades e combater a corrupção.

A atuação em rede também favorece a articulação nacional entre instituições com competências complementares. Nesse contexto, a Secex-Redes tem um assento garantido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Ativos (ENCCLA), iniciativa que reúne instituições públicas para articular ações e desenvolver soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Fotos: CGE-GO

Legenda: Em 2027, o Governo de Goiás assumirá a liderança nacional da articulação entre instituições de controle para fortalecer a transparência, a integridade e o combate à corrupção

MAIS GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 03:00

TCE-GO aponta possível prejuízo de R$ 1,6 milhão em obra de restauração do asfalto na GO-070

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo de mais de R$ 1,6 milhão nas obras de restauração do asfalto da GO-070, no trecho entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã, na região noroeste de Goiás. A fiscalização apontou possíveis irregularidades na quantidade de material utilizado na pavimentação, apesar de os pagamentos terem sido realizados conforme as medições previstas em contrato.

A auditoria técnica analisou um segmento de 55 quilômetros da rodovia e identificou que o volume de betume, componente utilizado para dar liga e garantir a durabilidade da massa asfáltica, teria sido significativamente menor do que o estabelecido no projeto executivo da obra.

Segundo o levantamento, mesmo com a possível redução na quantidade do material aplicado na pista, os pagamentos foram autorizados considerando integralmente as medições contratuais. A diferença entre o serviço previsto e o que teria sido efetivamente executado resultou no apontamento de possível dano aos cofres públicos.

A obra foi contratada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. Diante das irregularidades identificadas, o TCE-GO estabeleceu prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem manifestação técnica, documentos e justificativas sobre os procedimentos adotados, especialmente em relação às medições dos serviços.

A apresentação das explicações deverá permitir a análise dos responsáveis sobre os apontamentos feitos pela fiscalização do tribunal.

Em posicionamento sobre o caso, a Goinfra informou que já adotou medidas administrativas preventivas no contrato de restauração da GO-070 para resguardar os cofres públicos.

A agência também afirmou que a obra foi entregue em dezembro de 2025, após inspeção e aprovação das condições de tráfego, qualidade e segurança da rodovia.

Segundo o órgão, a situação está sendo acompanhada e os esclarecimentos necessários serão prestados durante a tramitação do processo no Tribunal de Contas.

As principais notícias de Goiânia e região
Mais Goiás Comunicação LTDA © 2026
Todos os direitos reservados.
Mais Goiás • CNPJ: 55.794.755/0001-05
Endereço: Av. T-7, 371 | Qd. R34 LT. IE | Edifício Concept Lourenzzo | 1116 e 1117 - Setor Oeste | Goiânia - GO • CEP: 74.140-110

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
21/11/2026 03:00

TCE aponta possível prejuízo em obra de restauração na GO-070

Visualizar notícia

INFRAESTRUTURA

TCE aponta possível prejuízo em obra de restauração na GO-070

Fiscalização técnica realizada pelo órgão detectou a aplicação de um volume de betume inferior ao que estava estipulado no projeto executivo original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo de mais de R$ 1,6 milhão nas obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070. Conforme apurado pela *TV Anhanguera*, o apontamento decorre de uma fiscalização técnica realizada pelo órgão em um trecho de 55 quilômetros situado entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã, na região noroeste do estado.

Segundo o relatório de auditoria, a principal irregularidade detectada foi a aplicação de um volume de betume – componente ligante fundamental para a durabilidade e coesão da massa asfáltica – significativamente inferior ao que estava estipulado no projeto executivo original da obra. Apesar da redução do insumo na pista, os pagamentos foram liberados com base nas medições contratuais cheias.

A obra na GO-070 foi licitada e contratada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. O TCE-GO fixou um prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem manifestação técnica, documentos comprobatórios ou justificativas quanto às metodologias adotadas nas medições.

INSPEÇÃO

Em nota enviada ao POPULAR, a Goinfra disse que já adotou, de forma preventiva, as providências administrativas necessárias no âmbito do contrato da obra para resguardar o erário público. Em relação aos apontamentos do TCE-GO, a Goinfra informou que acompanha a tramitação do processo e presta os esclarecimentos necessários ao órgão de controle.

A Agência ressaltou que a obra foi entregue em dezembro de 2025, após "inspeção e aprovação das condições de trafegabilidade, qualidade estrutural e segurança da rodovia" e reafirmou seu compromisso com a "transparência, a correta aplicação dos recursos públicos e a qualidade das obras executadas".

O POPULAR também entrou em contato com o Consórcio PAV-4 para pedir um posicionamento sobre o caso, mas não teve retorno até a conclusão desta edição. (Letícia Grazieli)

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
21/11/2026 03:00

TCE aponta prejuízo em obra na GO 070

Visualizar notícia

R$ 1,6 MILHÃO

TCE aponta prejuízo em obra na GO-070

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo de mais de R$ 1,6 milhão nas obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070. Conforme reportagem da TV Anhanguera, o apontamento decorre de uma fiscalização técnica realizada pelo órgão em um trecho de 55 quilômetros situado entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã, na região Noroeste do território goiano.

Segundo o relatório de auditoria, a principal irregularidade detectada foi a aplicação de um volume de betume – componente ligante fundamental para a durabilidade e coesão da massa asfáltica – significativamente inferior ao que estava estipulado no projeto executivo original da obra. O TCE apontou que, apesar da redução do insumo na pista, os pagamentos foram liberados com base nas medições contratuais cheias.

A obra na GO-070 foi licitada e contratada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. O tribunal fixou um prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem manifestação técnica, documentos comprobatórios ou justificativas quanto às metodologias adotadas nas medições.

Em nota enviada ao POPULAR, a Goinfra disse que já adotou, de forma preventiva, as providências administrativas necessárias no âmbito do contrato da obra para resguardar o erário público. Em relação aos apontamentos do TCE-GO, a agência informou que acompanha a tramitação do processo e presta os esclarecimentos necessários ao órgão de controle.

A Goinfra ressaltou que a obra foi entregue em dezembro de 2025, após "inspeção e aprovação das condições de trafegabilidade, qualidade estrutural e segurança da rodovia" e reafirmou seu compromisso com a "transparência, a correta aplicação dos recursos públicos e a qualidade das obras executadas".

O POPULAR também entrou em contato com o Consórcio PAV-4 para pedir um posicionamento sobre o caso, mas não teve retorno até a última atualização desta reportagem. O espaço segue aberto para manifestação. (Leticia Graziely)

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
22/11/2026 03:00

Prejuízo milionário em restauração da GO-070: asfalto aplicado a menos pode afetar durabilidade, diz TCE

Visualizar notícia

Fonte original

Prejuízo milionário em restauração da GO-070: asfalto aplicado a menos pode afetar durabilidade, diz TCE
Auditoria aponta que quantidade de betume aplicada ficou abaixo da prevista no projeto. TCE-GO também investiga possível prejuízo de R$ 1,6 milhão

Kariny Bianca

22 de novembro de 2026 às 09:05
Modificado em 22/11/2026, 10:16

Obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070, entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã. (Reprodução/Instagram Daniel Vilela)

ouvir matéria

A auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) sobre as obras de restauração da GO-070 identificou que a quantidade de asfalto aplicada abaixo do previsto pode comprometer a resistência e a durabilidade da rodovia. O problema também levanta suspeita de prejuízo superior a R$ 1,6 milhão aos cofres públicos. A intervenção foi realizada em um trecho de 55 quilômetros entre Itapirapuã e Matrinchã, na região Noroeste de Goiás.

De acordo com o relatório técnico, a irregularidade está na quantidade de betume utilizada na obra. O material é responsável por unir os componentes do asfalto e garantir que a pista suporte o peso dos veículos e o tráfego diário. Segundo os auditores, mesmo com a aplicação de uma quantidade bem menor do que a prevista no projeto original, os pagamentos foram feitos considerando o volume total estabelecido no contrato.

A obra foi contratada e fiscalizada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. Diante da diferença entre a quantidade de material prevista e a que foi realmente aplicada, o TCE-GO deu prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem explicações e documentos técnicos que justifiquem os critérios usados nas medições e na aplicação do asfalto.

Em nota enviada ao POPULAR , a Goinfra informou que já adotou medidas administrativas preventivas para proteger os recursos públicos e que está prestando os esclarecimentos solicitados pelo tribunal. A agência também destacou que o trecho foi concluído e entregue em dezembro de 2025, após passar por inspeções que avaliaram a segurança da pista, as condições de tráfego e a qualidade da obra.

A reportagem também procurou a direção do Consórcio PAV-4 para comentar os apontamentos do TCE-GO e o prazo dado pelo órgão, mas não recebeu resposta até a última atualização desta reportagem.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
21/11/2026 03:00

Prejuízo milionário em restauração da GO-070: auditoria encontra diferença entre asfalto previsto e aplicado

Visualizar notícia

Fonte original

Prejuízo milionário em restauração da GO-070: auditoria encontra diferença entre asfalto previsto e aplicado
Auditoria do TCE-GO identificou uso de menos betume do que o previsto em contrato em trecho de 55 km entre Itapirapuã e Matrinchã. O prejuízo estimado passa de R$ 1,6 milhão

Kariny Bianca, Letícia Graziely

21 de novembro de 2026 às 08:35
Modificado em 21/11/2026, 12:03

Obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070, entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã. (Reprodução/Instagram Daniel Vilela)

ouvir matéria

Uma auditoria técnica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo superior a R$ 1,6 milhão nas obras de restauração da GO-070 . O principal problema apontado foi a diferença entre a quantidade de asfalto prevista no contrato e a que realmente foi aplicada na rodovia.

Segundo o relatório do órgão, um trecho de 55 quilômetros entre Itapirapuã e Matrinchã, na região noroeste de Goiás, recebeu uma quantidade de material asfáltico abaixo da exigida no projeto. Apesar disso, os pagamentos foram feitos considerando os volumes previstos inicialmente no contrato.

A diferença foi identificada na aplicação do betume, material usado na composição do asfalto e responsável por dar liga à mistura, além de contribuir para a resistência e a durabilidade do pavimento. De acordo com os auditores, mesmo com o uso de uma quantidade menor do produto, as medições foram aprovadas e pagas com base nos valores integrais previstos no contrato. A situação resultou em um possível prejuízo estimado em mais de R$ 1,6 milhão.

A obra foi contratada e acompanhada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. Diante dos problemas identificados, o TCE-GO deu prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem explicações, laudos e documentos técnicos que comprovem os critérios usados nas medições e na execução do asfalto.

Em posicionamento enviado ao POPULAR , a Goinfra informou que adotou medidas administrativas preventivas no contrato para proteger os recursos públicos e que está prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo órgão de fiscalização. A agência também afirmou que a obra foi concluída e entregue em dezembro de 2025, após inspeções que avaliaram as condições de tráfego, a qualidade e a segurança da pista.

O POPULAR também procurou a direção do Consórcio PAV-4 para comentar as conclusões da auditoria e o prazo dado pelo tribunal, mas não recebeu resposta até a última atualização desta matéria.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
20/11/2026 03:00

Tribunal de Contas aponta possível prejuízo milionário em obra de restauração na GO-070

Visualizar notícia

Fonte original

Apontamento decorre de uma fiscalização técnica realizada pelo órgão em um trecho de 55 quilômetros situado entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã
Facebook
X
WhatsApp
LinkedIn

Adicione O Popular como fonte preferencial no Google

Letícia Graziely

20 de novembro de 2026 às 12:26
Modificado em 20/11/2026, 15:26

Obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070, entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã. (Reprodução/Instagram Daniel Vilela)

ouvir matéria

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou indícios de prejuízo de mais de R$ 1,6 milhão nas obras de restauração do asfalto na rodovia GO-070. Conforme apurado pela TV Anhanguera, o apontamento decorre de uma fiscalização técnica realizada pelo órgão em um trecho de 55 quilômetros situado entre os municípios de Itapirapuã e Matrinchã, na região noroeste do estado.

Segundo o relatório de auditoria, a principal irregularidade detectada foi a aplicação de um volume de betume --- componente ligante fundamental para a durabilidade e coesão da massa asfáltica --- significativamente inferior ao que estava estipulado no projeto executivo original da obra. Apesar da redução do insumo na pista, os pagamentos foram liberados com base nas medições contratuais cheias.

A obra na GO-070 foi licitada e contratada pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e executada pelo Consórcio PAV-4. O TCE-GO fixou um prazo de 15 dias para que os representantes do consórcio apresentem manifestação técnica, documentos comprobatórios ou justificativas quanto às metodologias adotadas nas medições.

Em nota enviada ao POPULAR , a Goinfra disse que já adotou, de forma preventiva, as providências administrativas necessárias no âmbito do contrato da obra para resguardar o erário público. Em relação aos apontamentos do TCE-GO, a Goinfra informou que acompanha a tramitação do processo e presta os esclarecimentos necessários ao órgão de controle.

A Agência ressaltou que a obra foi entregue em dezembro de 2025, após "inspeção e aprovação das condições de trafegabilidade, qualidade estrutural e segurança da rodovia" e reafirmou seu compromisso com a "transparência, a correta aplicação dos recursos públicos e a qualidade das obras executadas".

O POPULAR também entrou em contato com o Consórcio PAV-4 para pedir um posicionamento

sobre o caso, mas não teve retorno até a última atualização desta reportagem.

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97,1 FM - GOIÂNIA - GO • radio • tce-go
20/11/2026 12:24

TCE-GO exige detalhes de emendas de R$ 5 milhões da Secretaria da Retomada em 15 dias

Visualizar notícia

e apresente essas respostas que foram solicitadas para, e sim, tomar uma decisão, se vai denunciar ou não a mãe do menino, Luiz Geraldo. Muito obrigado, Tari, que ao gusto pelas informações e para a TV Ianguera, a defesa de Carolina Domingues disse que, assim que teve acesso ao inquérito, percebeu que existia inúmeras perguntas sem respostas e essa manifestação da promotoria vem ao encontro daquilo que a defesa estava esperando, uma investigação mais aprofundada. A defesa disse também que confia na justiça e na inocência da cliente. Já a defesa do padrasto e do dono da fazenda, afirmou que a polícia reconheceu que os dois não tiveram participação no caso. Segundo o advogado, ficou comprovado que eles não estavam no local dos disparos. 9.24. Agora temos informações com a Laila Alves. O Tribunal de Contas do Estado deu prazo de 15 dias para Secretaria da Retomada detalhar aplicação de 5 milhões de reais em emendas piques federais. Confira. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás deu 15 dias para Secretaria de Estado da Retomada detalhar as informações relativas a duas emendas parlamentares federais, conhecidas como emendas piques. Os repasses totalizam 5 milhões de reais. O processo é do relator conselheiro, Saulo Mesquita. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, as emendas são referentes ao ano de 2024. Elas foram inspecionadas em uma ação conjunta. Na amostra selecionada para Goiás, a fiscalização analisou quatro repasses e identificou falhas na transparência e rastreabilidade de dois deles. Os auditorios apontaram que na plataforma oficial de convênios da União, a transfere Govi uma emenda parlamentar tinha como meta a compra de equipamentos para a capacitação profissional em corte e costura, sem especificar quais equipamentos seriam comprados nem as quantidades. O valor é de 500 mil reais. A segunda emenda abrange três objetos. São eles equipar o Centro Cultural Oscar Niemeyer com sistemas modernos de som, iluminação e infraestrutura cênica. O segundo modernizar o Centro de Convenções de Anápolis com sistemas modernos de som, iluminação e infraestrutura cênica. Por último, a compra de equipamentos para a capacitação profissional em corte e costura. O TECA determinou que a secretária insira na plataforma detalhes sobre quais metas devem ser atingidas com os recursos recebidos por meio das duas emendas e quanto o dinheiro rendeu enquanto estava aplicado na conta bancária. No caso específico da segunda emenda, a secretaria também deve fazer correções, que já foram solicitadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de cadastrar no sistema o relatório de gestão, com informações sobre a aplicação dos recursos. Para o Conselheiro, Saulo Mesquita, o cadastro de informações genéricas e pouco detalhadas compromete a transparência da execução das emendas. Na época da fiscalização, não foram identificadas irregularidades na execução ouçamentária e financeira desses repasses. Em nota, a Secretaria da Retomada informou que os questionamentos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ainda não foram formalizados para a pasta. Em relação aos recursos destinados à compra de equipamentos para a capacitação profissional em corte e costura, o procedimento licitatório está em andamento por meio de um processo em que os equipamentos estão detalhadamente especificados. A nota diz ainda que em relação aos recursos destinados à compra de equipamentos para capacitação profissional em corte e costura, o procedimento licitatório está em andamento por meio de um processo em que os equipamentos estão detalhadamente especificados. O equipamento tem como objetivo promover a qualificação profissional e ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Em relação aos recursos destinados à modernização dos equipamentos de sonorização, iluminação e infraestrutura cênica do Centro Cultural Oscar Niemeyer e do Centro de Convenções de Anápolis, a secretaria disse que o procedimento de contratação foi inicialmente estruturado para atender aos dois equipamentos públicos. Porém, por conta da transferência da gestão do Centro de Convenções de Anápolis para prefeitura do município, em junho de 2026, houve necessidade de readecuação do processo. Com isso, a compra passou a contemplar exclusivamente o outro local. O total estimado para os equipamentos, segundo a secretaria, também foi detalhado no processo. Ainda conforme a nota, os dois procedimentos tiveram plano de trabalho aprovado pelo Ministério do Turismo e encontram-se instruídos para a fase de licitação. Os certames devem ser lançados em breve. Lá e lá, Alvis, CBN Goiânia. Na Escola de Negócios do Cebragoiás, você desenvolve suas habilidades e cria soluções práticas para o seu negócio. São cursos presenciais em diversas áreas, ministrados por instrutores e mentores capacitados e experientes, confocam em aplicar o conhecimento no dia a dia da sua empresa e

gerar resultados reais. Inscreva-se em cebraigio.com.br, Escola de Negócios Cebrai. Aprenda com quem entende do negócio, Cebrai Goiás. Entrender com você para empreender mais. Um clique parece pouco, mas e se ele for o primeiro passo para uma grande decisão? Blackpog, seu sucesso não acontece por acaso. Começa com uma escolha. De primeiro a 30 de novembro, aproveite descontos a partir de 25% em cursos de pós-graduação, MBA, extensão universitária e graduação. Blackpog, sua próxima grande escolha, começa aqui. Acesse pod.edu.br. Experimente viver em um condomínio fechado, opus e partine, opus terra da grama, lortes de 420 a 630 metros quadrados, localizado no Terra Natura, o maior master plan de autopadrão do centro-oeste, apenas oito minutos do Flamboyant e agora com acesso direto pelo viaduto da GO 020. Últimas unidades com parcelas fixas a partir de oitocentos e noventa reais e entrega já em dois mil e vinte e sete, visite o showroom Opus, na Ricardo Paranhos. Papai Noel, esse ano eu quero uma montanha russa, uma árvore de 40 metros e um desfile de Natal. O que deixar o Natal do bem tem tudo isso e muito mais. Natal do bem, de treze de novembro a três de janeiro no Centro Cultural Oscar Niemeyer, entrada a atrações e estacionamento gratuitos, Secretaria de Estado da Retomada, governo de Goiás. Natal do bem, um presente do governo de Goiás para sua família.

TV ANHANGUERA AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO • tv • tce-go
20/11/2026 10:19

TCE-GO aponta prejuízo de R$ 1,6 milhão em obra na GO-070

Visualizar notícia



porque a gente está falando da parte religiosa, mas a gente sabe que é um momento que também movimenta a economia ali da região, então ela atrai milhares de fiéis, cada um inclusive com bensos para contar, para agradecer, a gente sempre acompanha a Romaria e vê essa manifestação tão linda de fé e agora está prestes a se tornar aí uma manifestação da cultura nacional. Eu volto com você, Thiago. Uma das maiores Romarias do país sendo reconhecida lá na Câmara dos Deputados. Obrigado Eliane, por sua participação, Bom Dia Goiás vai estar lá, TV Ianguera vai estar lá mostrando tudo para você. Olha sobre o furto de fios na zona rural de Rio Verde, que nós mostramos agora a pouco aqui no Bom Dia Goiás, a Equatorial Goiás disse que não aceita nenhum tipo de desio de conduta, nem de funcionários próprios, nem de terceirizados, a empresa informou que assim que soube do caso envolvendo os dois prestadores de serviço em Rio Verde cobrou providências da terceirizada responsável por eles, a Equatorial disse ainda que acompanha a investigação da polícia e reforça o compromisso com a ética. A gente conta agora que uma jovem de 18 anos foi agredida por um homem com um pedaço de pau, tudo aconteceu quando ela seguia para a escola, esse absurdo foi em Santa Helena, o Cássio Ramos tem as informações ao vivo, como é que essa jovem, como é que esse estudante está em Cássio? Oi Thiago, essa estudante não teve ferimentos graves, felizmente, mas teve um certo grau de prejuízo emocional, ela mesma disse que ficou muito assustada com o que acontece, até a gente vendo as imagens se surpreende, ela estava inclusive, Thiago, já perto do colégio onde estuda na parte da manhã, estava indo para a escola, no sentido contrário, ela encontrou esse homem, é o que as imagens de segurança mostram, esse homem estava caminhando na direção dela com um pedaço de madeira, ela percebe que ele está se aproximando, ela tenta se desviar, mas quando ele se aproxima ele acaba arremessando esse pedaço de madeira contra essa jovem, ela inclusive cai no meio da rua perto de uma esquina, esse homem ainda faz xingamentos contra ela, sai caminhando, foi um policial que estava de folga passando pelo local quem ajudou essa menina, o homem foi encontrado pouco tempo depois na casa dele, esse homem que arremessou pedaço de madeira contra a jovem e ele foi levado para a delegacia, ficou preso, o delegado que está à frente das investigações disse que a família deste homem apresentou um laudo confirmando que ele sofre de transtornos psicológicos, mas isso não fez diferença para a prisão, até porque agora esse documento, esse laudo foi encaminhado para a justiça que vai analisar a dimensão desse laudo, a veracidade dele, para confirmar se esse homem vai continuar preso ou se ele já vai ser solto, a família dele inclusive deve ser ouvida também pelo delegado para entender o comportamento dele, porque ele sai na rua com um pedaço de madeira, uma agressão

gratuita sem nenhum tipo de justificativa, nem existe claro, mas ele encontrou com essa menina na rua na direção dela e acabou arremessando esse objeto, no começo, felizmente, ela não teve ferimentos graves, mas acaba sofrendo algum tipo de trauma, né, teatro que estava indo para a escola e sofre uma agressão dessas, felizmente, sem ferimentos graves. Pois é, Cassio, ela até percebe, né, se o marquinho poder colocar a imagem ali, você vê que ele vai avançando dela com algo na mão ali, um pedaço de pau e aí ela vê que ele vai em direção e tenta correr, mas nesse momento ela cai e o pedaço de pau já é arremessado ali, Cassio bem frisou para a gente, né, existe um trauma, um susto muito grande dessa estudante que estava indo para a escola quando se depara com esse homem. Obrigado por sua participação, até mais. Olha o tribunal de contas do município, do estado, aliás, aponta um possível prejuízo de mais de um mil... e meio de reais em uma obra de restauração da Geo 0,70 entre Itapira Puan e Matrinxã. É o João Vitor Guedes, quem tem as informações. O que a fiscalização encontrou em João? Tiago, segundo a fiscalização, houve um problema com um dos materiais utilizados para fazer a reconstrução asfáltica de 55 quilômetros da Geo 0,70 entre Itapira Puan e Matrinxã. Segundo essa fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, a quantidade de Betume, que é um material utilizado para fazer esse trabalho de recapiamento, foi colocado em menor quantidade do que previsto no projeto, na organização original. Portanto, por ter colocado menos produto, a suspeita é de um prejuízo de mais de 1 milhão e 600 mil reais. Segundo o TCE, a quantidade de Betume, que é um material utilizado na composição do asfalto aplicada na rodovia, foi menor do que a prevista no projeto informado, então, nas medições das obras. Isso foi constatado pelo TCE, numa fiscalização feita pelo Tribunal. E agora, o Tribunal, que quer explicações da empresa responsável por esse trabalho na Geo 0,70. Agora, a empresa tem 15 dias para apresentar informações, para apresentar uma defesa sobre esse trabalho que foi feito e possivelmente esse dano aí aos cofres públicos de mais de 1 milhão e 600 mil reais. O Tribunal reforçou que ainda está na fase da empresa manifestar recursos, manifestar explicações. Portanto, essa empresa tem 15 dias para fazer isso. Viu Tiago com você. Tá certo. Obrigado, viu. João Vitor Guedes trazendo a informação, então, do TCE, que investiga a obra lá na Geo. João. Bom, a Goinfra informou que já adotou medidas administrativas preventivas no contrato de restauração da Geo 0,70 para resguardar os cofres públicos. Diz que a obra foi entregue em dezembro de 2025 após inspeção e aprovação das condições de tráfego, qualidade e segurança. Sobre os apontamentos do TCE, Goiás, a Goinfra diz que acompanha o processo e presta os esclarecimentos necessários. Nós pedimos um posicionamento para o consórcio Pave 4, mas ainda não tivemos retorno. Um motorista tentou fugir da abordagem policial e acabou batendo em outro carro lá em Anápolis. Você vai ver a imagem aí. Essa Câmara de Segurança registrou quando a camionete em alta velocidade bateu no carro que está parado. Segundo a Polícia Militar, a tentativa de abordagem aconteceu com base em informações de serviço de inteligência e um motorista. Ao tentar fugir, arremessou uma arma e uma sacola com drogas. Ele acabou preso. A droga, uma arma, munições, um celular e uma balança de precisão foram aprendidos. Sabe que hoje é feriadão, você está aí descansando ou está trabalhando também? Pois é, muita gente aproveitou a folga para fazer, sabe o quê? Aquelas comprinhas de fim de ano da região da 44. É claro, a gente vai direto para lá falar com a Eliane Moreira. O Eliane, o movimento fluxo deve ir aumentando aí com o passar das horas neste feriadão, né? Significa que feriado vai abrir aí e a oportunidade de muita gente comprar. Qual a situação de momento aí agora?